



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

O Irã é uma república constitucional teocrática estabelecida como tal pela revolução islâmica de 1979, quando o Xá da Pérsia foi derrubado. A Constituição afirma que a escola islâmica do Xiismo Ja'fari é a religião oficial do país. E reconhece cristãos, judeus e zoroastrianos como minorias religiosas protegidas, com capacidade para prestarem culto e formarem sociedades religiosas. Dois lugares no Parlamento estão reservados aos Cristãos Armênios – a maioria dos Cristãos no país são de origem étnica armênia, e os Cristãos Assírios, os Judeus e os Zoroastrianos têm um lugar cada.^[1] A Igreja Católica no Irã está presente com seis dioceses, Awhaz (caldeia), Ispahan (armênia), Ispahan (latina), Salmas, Teheran, Urmya (todas caldeias).

O Estado está subordinado à autoridade do clero xiita, que governa através do Rahbar, o líder religioso nomeado de forma vitalícia pela Assembleia de Especialistas – oitenta e seis teólogos eleitos pelo povo por um mandato de oito anos. O Rahbar, ou Grande Ayatollah, preside o Conselho de Guardiães da Constituição, que é constituído por doze membros, dos quais seis são nomeados por ele e seis pela autoridade judicial. Este conselho exerce controle sobre as leis e os órgãos de Governo do Estado, incluindo o presidente da República, que é eleito por apoio direto por um

mandato de quatro anos e apenas pode servir um máximo de dois mandatos.

A primazia do Islã afeta todos os setores da sociedade. Os não muçulmanos são excluídos das funções políticas ou militares de topo e, além disso, não podem exercer funções judiciais, nos serviços de segurança ou enquanto diretores de escolas públicas. No Irã, um dos principais obstáculos à liberdade religiosa total é a "apostasia". A conversão do Islã a outra religião não é explicitamente proibida pela Constituição, mas é difícil, por causa das poderosas tradições islâmicas no país e por causa da ordem legal com base na lei islâmica. Em todos os casos não referidos explicitamente na Constituição, os juízes têm a opção, segundo o artigo 167, de referirem as leis corânicas. A condenação de casos de apostasia, incluindo penas de morte, caem no âmbito desta questão jurídica técnica.

O Governo faz cumprir a segregação do gênero em todo o país. Espera-se que as mulheres de todos os grupos religiosos usem ao "vestuário islâmico" em público, cobrindo o cabelo.^[2]

INCIDENTES

De acordo com o relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, os cristãos iranianos com antecedentes muçulmanos continuam enfrentando detenções arbitrárias, perseguição e prisão. Uma acusação comum contra estas pessoas é a ação

[1] http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF_AR_2016_Tier1_Iran.pdf

[2] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238454>

ou propaganda contra o Estado.^[3] Correm também o risco de serem perseguidos pelo crime de apostasia. O relatório anual da Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional (USCIRF) refere inúmeros incidentes de autoridades iranianas que invadiram cerimônias religiosas em 2015. Os fiéis foram ameaçados, detidos e encarcerados, particularmente os cristãos evangélicos convertidos.

Até fevereiro de 2016, cerca de noventa cristãos estavam na prisão, detidos ou aguardando julgamento por causa das suas crenças e atividades religiosas. Os grupos de direitos humanos iranianos reportaram um aumento significativo da violência contra cristãos na prisão.^[4] O Pastor Behnam Irani, antigo muçulmano e agora pastor de uma Igreja evangélica, tem estado detido numa prisão iraniana desde 2011. Originalmente, foi condenado a seis anos de prisão por formar uma congregação evangélica na cidade de Karaj. Em setembro de 2014, Irani foi condenado a mais seis anos de prisão depois de ser condenado por cometer crimes contra a segurança nacional iraniana.

Outro pastor cristão notável, Saeed Abedini, foi libertado em Janeiro de 2016 depois de mais de três anos na prisão. O pastor foi permutado numa troca de prisioneiros entre os EUA e o Irã. De acordo com ativistas de direitos cristãos, outro pastor evangélico, Yousef Nadarkhani, foi detido novamente em maio de 2016 em conjunto com a sua mulher e outro membro da Igreja. O Pastor Farshid Fathi, que tinha estado preso no Irã desde 2010 por causa da sua fé cristã, foi libertado antecipadamente em dezembro de 2015. Ele deveria ter permanecido na prisão até dezembro de 2017.^[5]

Um desenvolvimento positivo é que o Irã disponibilizou entrada a cristãos perseguidos pelo grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) em agosto de 2014. Além disso, em 2014, acadêmicos xiitas traduziram pela primeira vez o catecismo católico para a língua persa, que os observadores viram como um sinal positivo, uma vez que as Igrejas têm sido proibidas de usar a língua persa por receio de proselitismo.

Aderentes da fé Bahá'í continuam enfrentando sistemática discriminação, perseguição e ataques. Em janeiro de 2016, vinte e quatro bahá'ís foram condenados a um total de 193 anos de prisão em ligação com o exercício da sua fé. Até dezembro de 2015, pelo menos oitenta membros da comunidade bahá'í foram detidos por razões religiosas.^[6] Além disso, de acordo com relatos, a pressão econômica sobre os Bahá'ís no Irã aumentou consideravelmente. Nos últimos anos, a Câmara de Comércio de Sari encerrou regularmente negócios detidos pelos Bahá'í. Em vários casos, a razão dada para esta medida era que eles tinham encerrado em observância de um feriado religioso bahá'í.^[7]

[3] http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session31/Documents/A-HRC-31-69_en.doc

[4] http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF_AR_2016_Tier1_Iran.pdf

[5] http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF_AR_2016_Tier1_Iran.pdf

[6] http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session31/Documents/A-HRC-31-69_en.doc

[7] http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF_AR_2016_Tier1_Iran.pdf

As autoridades impedem os muçulmanos sunitas de construir mesquitas em Teerã e de realizarem orações do Eid em separado. Em julho de 2016, funcionários municipais destruíram um centro de oração sunita em Teerã que alegadamente funcionava sem as autorizações necessárias. O Governo continuou atacando os membros das ordens místicas sufis.^[8]

Houve poucas restrições governamentais ou interferência com a prática religiosa judaica. Contudo, o Governo continuou usando propaganda antissemita e anti-Israel nas declarações oficiais, e nos meios de comunicação social.^[9]

Líderes religiosos xiitas, que não apoiam totalmente as políticas governamentais ou as perspectivas do líder supremo, também enfrentaram intimidações e detenções. O clérigo dissidente xiita Ayatollah Hossein Kazemeini Boroujerdi, que cumpre uma pena de onze anos de prisão por acusações não especificadas, foi torturado e foi-lhe negado acesso a medicamentos para os seus problemas de saúde. Em outubro de 2015, foi transferido para uma cela solitária.^[10]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

A vitória do Ayatollah Hassan Rouhani nas eleições presidenciais em junho de 2013 trouxe ligeiras melhorias relativas ao respeito por alguns direitos civis. O Irã surgiu no 169.º lugar no Índice de Liberdade de Imprensa de 2016, uma melhoria de quatro lugares quando comparada com o Índice de 2015. Mas, no geral, Rouhani não conseguiu cumprir a sua promessa de melhorar o clima da liberdade religiosa, em particular para as comunidades de minoria religiosa.

As condições de liberdade religiosa continuaram se deteriorando, em especial para os Bahá'ís, para os Cristãos convertidos e para os Muçulmanos sunitas. Desde 2013, o número de membros de minorias religiosas encarcerados aumentou. Apesar de algumas alterações positivas em 2013, o Código Penal Islâmico continua justificando violações graves dos direitos humanos. Dado o caráter teocrático do Estado que liga religião e política, não se podem esperar melhorias fundamentais enquanto o atual sistema estiver em vigor.

[8] <https://www.hrw.org/world-report/2016/country-chapters/iran>

[9] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238454>

[10] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238454>